

Eu sou atlântica

sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento

Alex Ratts



imprensaoficial

São Paulo, 2006

Através da análise da situação da mulher negra no mercado de trabalho, vimos como este elemento se acha na mais baixa posição dentro da hierarquia social. No entanto, não é somente pelo reflexo no mercado de trabalho que se pode avaliar a situação de subordinação em que a mulher negra se encontra. O fato mesmo de ser mulher, atraiu para si um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização.

A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores, determinada principalmente pela moral cristã portuguesa, que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa ou de “solteirona” dependentes economicamente do homem, e limitadas – quando esposa – ao papel de procriadora, ou seja sua vida sexual limitava-se à posterior maternidade, fez com que a liberação da função sexual masculina, recaísse sobre a mulher negra ou mestiça.

Por seu lado, os mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação dessa exploração sexual através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva”, a faz mais desreprimida sexualmente, facilita-se a tarefa do homem de exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico.

Nossa democracia racial •

Beatriz Nascimento

Certa vez, em Salvador, conversava com um jovem chefe de família que tentava convencer-me de como a Bahia era o maior centro de tolerância racial do mundo. Ao justificar tal pretensão para o seu estado, mostrou-se um adepto apaixonado da miscigenação e recorreu ao seu exemplo. Mostrou-me seus dois filhos pequenos, ambos mulatos, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: “Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino mais escuro), mas este já saiu melhor; quase louro”. Dizendo isto, enquanto eu e o primeiro menino olhávamos atônitos para ele, concluiu: “Deste jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos”.

Talvez estejam neste último ponto os mal-entendidos quanto à tolerância racial brasileira e isto não parte somente de homens comuns como meu interlocutor baiano; constitui uma crença nacional que o fato de não terem existido recentemente, na nossa experiência social, os fatos de racismo virulento típicos da sociedade norte-americana, nós somos os destinatários de um sistema racial digno de causar inveja as nações mais civilizadas do mundo. Mas o que dizer de uma aspiração tão estranha como esta do

• Publicado originalmente em: Revista IstoÉ. 23/11/1977, pp. 48-49.

jovem pai baiano, cujo objetivo final seria o desaparecimento físico de um grupo, este mesmo ao qual se credita total tolerância no Brasil?

A recente bibliografia sobre relações raciais no Brasil, basicamente a estrangeira, está permeada de exemplos como o que acabo de citar, exemplos nos quais se demonstra que a negação do preconceito racial, antes de constituir a reflexão consciente de nossa situação, traduz uma certa urgência de aliviar os possíveis conflitos decorrentes do confronto de poder entre as etnias que formam nossa sociedade. Tal receio criou, no dizer de um jovem sociólogo do Rio de Janeiro, uma auto-imagem do sistema de relações raciais brasileiro como sendo uma “democracia racial”.

O inferno

Não foi resultado do raciocínio simples do homem comum a emergência do ideal de “democracia racial” entre nós nem o surgimento, entre outras soluções para o possível conflito, da miscigenação em massa. Sua origem pode remontar-se aos primeiros séculos da colonização; Antonil¹⁸, nosso primeiro ideólogo, já dizia algo que ficou como máxima entre nós: “O Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos”. E a partir dele, desde o marquês de Pombal (que em Car-

ta Régia aconselhava os portugueses a se cruzarem com os nativos e as mulatas para aumentar o povoamento do Brasil) até o nosso baiano, pensa-se transformar o Brasil num “paraíso” no qual o mais cômodo seja o desaparecimento total dos que vivem no “inferno”. Tal raciocínio é o ponto crucial de uma ideologia nacional responsável pelo espaço social degradante em que se encontra a massa de negros no Brasil.

Grande ideólogo, a quem se atribuiu o termo “democracia racial”, Gilberto Freyre, em recentes pronunciamentos, vangloriava-se de que o Brasil fica cada vez mais moreninho. Cabe a ele não só obra pioneira deste tipo de ideologia, como grande parte da crença na tolerância racial brasileira. Sua obra influencia sobretudo estudos científicos, notadamente de cientistas estrangeiros, como Tannenbaum¹⁹, que garante, baseado em Freyre, que no período da escravidão no Brasil os senhores reconheciam a “pessoa moral” do escravo, ou seja, o Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, possui uma tradição de valorização da humanidade do negro. O ponto alto deste comportamento seria o respeito aos direitos civis dos negros após a Abolição. O que não sucedeu com os negros norte-americanos.

Acontece que, após a abolição da escravatura, nós não temos um negro no centro de decisões do país, quando, às vésperas daquele evento, tínhamos pelo menos três negros de

18 André João Antonil. *Cultura e Opulência no Brasil* – Ed. Melhoramentos/MEC.

19 Frank Tannenbaum, sociólogo norte-americano, autor de *Slave and Citizen: The negro in the Americas*.

grande poder nas duas casas do Congresso. Enquanto que nos Estados Unidos deu-se o inverso – hoje, há cada vez mais negros atuando nos diversos setores da sociedade. A que se atribui esta defasagem? Seria pertinente perguntarmos qual a cotação do reconhecimento da nossa pessoa moral entre a atual sociedade brasileira. Creio que sim, pois a atitude de complacência, quando não de aversão em relação à nossa participação no seio da comunidade nacional (condições visíveis na obra de Gilberto Freyre e na ideologia de democracia racial), nos remete ao passado, onde à nódoa da escravidão foi vinculado o nosso destino de grupo, como sendo uma nódoa nacional.

Após a abolição da escravatura, fomos integrados ao todo nacional, mas, sem dúvida, com a esperança simplória de, através do filtro das relações de casamento ou concubinato, irmos “melhorando a raça” até o ponto de a nação ficar cada vez mais moreninha e, com auxílio da imigração européia, cada vez mais branca.

Ceticismo

Mas é como conflito não manifesto que atualmente se encara o preconceito e a discriminação gritante nos terrenos da educação e do mercado de trabalho, perpetuando-se, enquanto isso, opções do tipo jogador de futebol e sambista, para aqueles que lutam por uma ascensão social.

Mediante mecanismos seletivos, a sociedade brasileira reduz o espaço dedicado ao ne-

gro dentro da escala social. Como este espaço se apresenta como parte incorporada à cultura dos negros, nada mais cômodo do que unir o útil ao agradável. Quando se questionar a ausência de negro em posições de relevo social, basta mencionar Pelé ou algum dos poucos sambistas atualmente em boas condições financeiras. Quanto à grande maioria marginalizada, o mais fácil será recorrer à explicação econômica ou de classe, não esquecendo a herança escravagista que, segundo alguns eminentes teóricos, faz do negro um ser ainda não preparado para integrar uma sociedade competitiva.

Entretanto, nós, os negros, vamos acompanhando esse poço de contradições e este emaranhado de sutilezas com uma visão bastante cética. Lá se vão noventa anos de abolição da escravatura e não consta que os imigrantes que vieram nos substituir na lavoura cafeeira estivessem mais aptos a entrar numa sociedade capitalista (que ainda não se tinha formado por volta de 1930) do que nós. Por meio de que milagre essa situação social ficou melhor do que a nossa? Se somos parte integrante de uma democracia racial, por que nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com os brancos? A resposta nos parece clara, embora discorrer sobre os fatores que nos levaram a isto constitua ainda hoje um tabu e (o mais sério) esbarramos com um total despreparo para enfrentar os problemas advindos da prática da discriminação. Despreparo cuja origem está principalmente na falta de oportunidades no terreno da educação, o que reduz nossa ca-

pacidade de organização em torno do objetivo comum. Esta impotência parece legitimar a crença num sistema de relações raciais pacífico, reforçando a ideologia de “democracia racial”.

Entretanto, não vemos tudo perdido, pois a duras penas já possuímos consciência, principalmente entre as novas gerações dos principais centros urbanos, de que as soluções apressadas e simplórias, como a de uma maior miscigenação, não são verdadeiras. É necessário muito mais que isso. Marvin Harris, em seu trabalho *Padrões Raciais nas Américas*, diz uma frase esclarecedora: “Já é tempo de as pessoas adultas deixarem de pensar em relações raciais de acordo com a cama”. E demonstra estatisticamente como Estados Unidos e África do Sul possuem tão ou maior contingentes de mestiços do que no Brasil.

É certo que não podemos colocar no mesmo plano a sociedade brasileira e a sul-africana. Realmente não tivemos a experiência do gueto e dos linchamentos, mas nem por isso nossa situação é ideal. Deste modo, cabe lembrar às consciências de brancos e negros no Brasil uma frase que só o gênio de Lévi-Strauss poderia produzir: “A tolerância não é uma posição contemplativa dispensando indulgências ao que foi e ao que é, é uma atitude dinâmica, que consiste em prever, em compreender e em promover o que quer ser”. Portanto, resta começar a tolerar.

Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso •

Maria Beatriz Nascimento ••

Gostaria de dar a este trabalho o título de “A memória ou a oralidade histórica como instrumento de coesão grupal”, ou ainda “A memória e a esperança de recuperação do poder usurpado”. Esta maleabilidade de títulos possíveis talvez se deva ao fato de este não ser, ainda, um trabalho concluído. Trata-se de um estudo prolongado e exaustivo.

Dizendo isto, estou tentando transmitir minha experiência na pesquisa sobre os quilombos brasileiros, pesquisa que tomou no projeto, o título de “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos ou favelas”. Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los.

Não se tratava, no meu entender, exatamente de sobrevivência ou resistência cultural, embora venhamos a utilizar estes termos algumas vezes, como referência científica. O que procuramos neste estudo é a continuidade Histórica, por isso me referi a um sonho. Todo

• Publicado originalmente em: *Estudos Afro-Asiáticos* 6-7. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, pp. 259-265. 1982.

•• Professora do Grupo de Trabalho André Rebouças (UFF), Rio de Janeiro.

historiador é um conversador e um sonhador em busca deste continuum, digamos mesmo ser esta a nossa meta enquanto estudiosos do processo do homem no planeta. Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato do que “sobrevivência” ou “resistência cultural” dos antropólogos. A continuidade seria a vida do homem – e dos homens – continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelo vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros.

O trabalho aqui apresentado é nada mais que um relatório parcial de pesquisa. Não pretende estar com a verdade e nem definir uma tese, estou apenas dizendo: foi isto o que encontrei.

Esta pesquisa, por razões que não colocaremos aqui, se desenvolveu na zona rural de Minas Gerais em comunidades não particularmente, isoladas, mas em um ex-quilombo.

A primeira etapa do trabalho foi dirigida ao levantamento das áreas que possuíam nomes de ex-quilombos na relação de municípios, povoados e localidades do IBGE, assim como das áreas de ex-quilombos conhecidas através de bibliografia e das fontes de documentação primária dos arquivos Nacional e Público de Minas Gerais. Nesta etapa, visitamos também três destas localidades, em Minas, num primeiro contato com seus habitantes. Escolhemos, então, um caso para estudo, embora não te-

nhamos perdido de vista a comparação entre os três ex-quilombos.

Na segunda etapa, dedicamos a pesquisa ao estudo de campo através dos procedimentos da metodologia da história oral, da etnografia e da observação participante. O quilombo de Carmo da Mata foi o nosso campo de estudo, e as condições dos negros que ali ainda vivem.

Resolvemos assim, em função do desenvolvimento da pesquisa. Este quilombo, dos três estudados, era o que possuía razoável quantidade de afro-brasileiros (pretos e mestiços). Por outro lado, seu reconhecimento deu-se sem o auxílio de documentação primária ou secundária. Durante o levantamento, na primeira etapa, constatamos um conflito de classe e de raça latente que tendia a progredir e que, ao final, veio realmente a acontecer (mais tarde o relataremos).

Em Kilombo, Carmo da Mata, também encontramos uma especificidade não verificada nos demais: existia lá uma família cuja mãe – senhora que, segundo as informações levantadas, possuía 110 anos – era descendente direta dos quilombolas que habitaram a região durante muitos anos, até 1888.

Tomamos contato com esta senhora na primeira fase da pesquisa. Realmente, aparentava ter mais ou menos a idade que lhe atribuía. Possuía família numerosa, parte que ainda residia na região e parte que migrara para São Paulo, Paraná, Mato Grosso, ou outras regiões com maiores oportunidades de trabalho. Na ocasião, perguntamos-lhe por que